



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

Processo Licitatório nº 4852/2020
Pregão Eletrônico nº 44/2020

Ubatuba, 28 de abril de 2020.

DESPACHO nº 01

Na condição de Pregoeiro do Município de Ubatuba, apresento análise e decisão a respeito da impugnação ao Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto se destina a contratação de agente integrador com finalidade de viabilizar oportunidades de estágio supervisionado no âmbito do município de Ubatuba.

1. DOS FATOS

Em síntese, empresa SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.320.576/0001-52, encaminhou e-mail no dia 27 de abril de 2020 às 16h29min, impugnando o edital do pregão supracitado e requisitando sua retificação para inclusão de cláusula de forma a vedar a participação de instituições sem fins lucrativos.

Apresentou, como fundamentação jurídica, a Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017, enfatizando seu artigo 12, e o Acórdão nº 1.406/2017-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

Sem mais delongas, passo a análise da impugnação e suas razões.

2. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Inicialmente, é importante destacar a impugnação foi apresentada tempestivamente, portanto, cabe sua aceitação.

É alegado pela requerente que a não vedação da participação de entidades sem fins lucrativos no certame contraria o art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017. Contudo, vejamos o referido dispositivo:



Município de Ubiratã
Secretaria da Administração

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta **no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**.

Art. 12. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.

Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, **não será permitida**, em observância ao princípio da isonomia, **a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa** (sem grifo no original).

A referida instrução normativa se aplica somente a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, o que não é o caso do Município de Ubiratã. Contudo, a própria instrução já dispõe que a vedação expressa se aplica apenas a licitações destinadas a contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

Como previsto no subitem 2.1 do instrumento convocatório, o objeto da licitação se destina a contratação de **agente integrador** com finalidade de viabilizar oportunidades de estágio supervisionado no âmbito do município de Ubiratã.

Em sequência, o art. 13 da referida instrução assim dispõe:

Art. 13. Não será admitida a contratação de cooperativa ou de instituição sem fins lucrativos cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

Há, portanto, outro condicionante: somente é vedada a contratação de entidades sem fins lucrativos cujo objeto social seja incompatível ao objeto licitado.

Distintivamente de licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, não existe qualquer legislação vigente que abranja a proibição constante no

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt
Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Ubiratã-PR.



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017. Desta forma, citamos o artigo § 1º do 3º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, o qual preconiza:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Na condição de Pregoeiro do Município de Ubatuba, ou seja, agente responsável pelo julgamento da licitação e não pela elaboração do instrumento convocatório, entendo que os agentes públicos envolvidos na elaboração do edital buscaram não restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame ao não proibir a participação de empresas sem fins lucrativos.

Como boa prática e conforme recomendado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Município de Ubatuba utiliza como referência as minutas de editais da Advocacia Geral da União. O modelo de edital mencionado pela requerente assim dispõe:

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

[...]

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

Nota Explicativa: Nos termos do art. 12, parágrafo único da IN SEGES/MP nº 5/2017, **a vedação à participação de entidades sem fins lucrativos ocorre nos "processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa"**, devendo a Administração fazer o enquadramento a partir do objeto a ser contratado e adotar ou não a cláusula acima. **Caso se opte por não adotar a vedação do subitem 4.2.8,**



Município de Ubatã
Secretaria da Administração

deve também ser feita a supressão do 4.2.8.1, que a excepciona, já que perderia o seu propósito (sem grifo no original).

Nota-se, portanto, que a AGU também recomenda a observância do parágrafo único do art. 12 da IN nº 05/2017, uma vez que a vedação ocorre apenas para os casos específicos mencionados, o que não reflete o caso em tela.

Além disso, em simples consulta no Portal de Informação Para Todos, do TCE/PR é possível constatar que inúmeros municípios paranaenses firmam contratos para execução do objeto em questão com entidades sem fins lucrativos, como, por exemplo, os municípios de Tamarana, através do Contrato nº 13/2020; Prado Ferreira, através do Contrato nº 3320/2020; São Carlos do Ivaí, através do Contrato nº 05/2019; Ivaí, através do Contrato nº 24/2020; Farol, através do Contrato nº 12018293/2020; Campo Mourão, através do Contrato nº 222/2020; São Miguel do Iguaçu, através do Contrato nº 2020008/2020, entre outros.

O próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, órgão de controle externo responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público dos 399 municípios paranaenses, contratou, no ano de 2017 e através de pregão em sua forma eletrônica, entidade sem fins lucrativos para viabilizar oportunidades de estágio supervisionado, conforme pode ser observado no Contrato nº 12/2017 disponível em seu Portal da Transparência. Ainda, o referido contrato vem sendo objeto de sucessíveis prorrogações.

Por fim, a requerente alega que não compreende os motivos do município adotar a Instrução Normativa/SEGES nº 03/2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal, sem a adoção da IN nº 05/2017.

Explico.



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

A Instrução Normativa/SEGES nº 03/2018, conforme sua ementa, estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf. Sabe-se que o município aderiu ao sistema do Compras Governamentais para julgamento de todas as suas licitações realizadas na modalidade pregão na sua forma eletrônica. O Decreto nº 10.024/2019 promoveu uma série de alterações na operacionalização do sistema para todos os órgãos que o utilizam, seja federal, estadual ou municipal, independente da origem do recurso financeiro, assim como para os fornecedores.

Desse modo, as empresas interessadas em participar da licitação necessitam, por regra, estarem cadastradas no SICAF, observando as determinações da IN nº 08/2017, o que justifica sua adoção em edital.

3. DECISÃO

Expostos todos os fatos, considerando todas as fundamentações apresentadas, acolho a impugnação por ser tempestiva, para no mérito, não acolher suas razões, permanecendo o edital na forma em que se encontra.

Sendo só para o momento, firmo o presente despacho.



Renan Felipe da Silva Lima
Pregoeiro